

Reflexões geopolíticas: a questão da energia e seus casos específicos nos séculos XX e XXI

Roberto Rodolfo Georg Uebel¹

Resumo

A distribuição geográfica dos recursos é um dos pilares para o entendimento da geopolítica energética. Faz jus estabelecer-se que a geopolítica surgida no início do século XX difere bastante da matéria atual abordada por esta ciência. O artigo intitulado “*The Geographical Pivot of History*”, de Halford John Mackinder, trazia o revolucionário conceito do “*Heartland*”, sendo a primeira vez em que geografia e política foram utilizadas em níveis equivalentes para fazer uma análise do globo e do comportamento dos povos que o habitam. No decorrer do presente artigo é analisada a geopolítica das políticas energéticas; onde infere-se primariamente a questão da evolução da temática e das abordagens geopolíticas ao longo dos tempos, conforme principalmente o processo de evolução tecnológica, econômica e industrial da sociedade global, especialmente acerca dos determinantes atuais da relação geopolítica e questões energéticas.

Palavras-chave: Geopolítica Energética; Energia; Política Energética.

Reflexiones geopolíticas: la cuestión de la energía y suyos casos específicos em los siglos XX e XXI

Resumen

La distribución geográfica de los recursos es uno de los pilares para el entendimiento de la geopolítica estratégica, o sea, su relación con el territorio. Es necesario establecer que la geopolítica surgida en principios del siglo XX tiene mucha diferencia de la actual materia abordada en la area. El artículo intitulado “*The Geographical Pivot of History*”, de Halford John Mackinder, concedía el revolucionario concepto del “*Heartland*”, siendo la primera vez en que la geografía y la política fueran utilizadas en niveles equivalentes para hacer un análisis del globo y del comportamiento de los pueblos que lo habitan. A lo largo de este artículo se analiza la geopolítica de las políticas energéticas, en lo que se infiere principalmente la cuestión de la evolución de los enfoques temáticos geopolíticos en el tiempo, sobre todo en proceso de la sociedad global tecnológica, económica e industrial, especialmente sobre los principales determinantes de los problemas actuales relacionados con geopolítica y cuestión energética.

Palabras clave: Geopolítica Energética; Energía; Política Energética.

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do Laboratório de Estudos Internacionais (LEIn/GP/CNPq). Contato: roberto.uebel@ufrgs.br

Introdução

A distribuição geográfica dos recursos é um dos pilares para o entendimento da geopolítica energética. No caso do Brasil, a questão ganha ainda mais importância com as descobertas de petróleo no pré-sal, seguida do anúncio do governo de equipar a marinha de guerra para defender essas riquezas. O Comandante da Marinha Almirante Julio Soares de Moura afirmou “o Brasil não possui provável contestador, provável inimigo, mas é importante fazer sinalização para evitar o surgimento de desafiantes”.² A descoberta de novas reservas de petróleo e sua posse pode ampliar o poder do país na formulação da agenda internacional, estimulando sua política externa de *middle and regional powers* (NOLTE, 2006).

O acesso a fontes de energia constitui uma questão geopolítica porque depende da localização geográfica do recurso natural, e acaba envolvendo o Estado que detém o recurso e aquele que precisa importar. Como exemplo pode-se mencionar a relação entre os EUA e os países do Golfo Pérsico, o primeiro sendo o maior importador de petróleo mundial; os segundos detentores das maiores reservas de petróleo do mundo e exportadores líquidos. Mas a simples presença de recursos energéticos no território pode não trazer o poder ao país em questão, como quando é submisso aos interesses econômicos de países mais poderosos.

De maneira geral, os países dependentes de algum recurso energético precisam importá-lo em grandes quantidades para suprir a necessidade interna, e sua política externa acaba normalmente traçando objetivos para garantir amplo e diversificado acesso a esses recursos e diminuir a dependência externa. As importações energéticas ainda repercutem nas contas do governo, desviando para esse fim verbas que poderiam ser utilizadas na produção de energias alternativas.

O motivo de diversos conflitos internacionais reside na disputa por fontes de energia abundantes, por isso localizadas em áreas disputadas ou cronicamente instáveis, *exempli gratia* no próprio Oriente Médio com suas abundantes fontes de petróleo e gás natural.

Para tanto, o presente artigo objetiva refletir acerca da geopolítica da contemporaneidade, especialmente em relação aos recursos energéticos e sua repercussão na geografia política global e perspectivas futuras. Utilizou-se a análise

² GARCIA, Rodrigo Veronezi. OS EUA e seu plano antigo de invadir o Brasil. Disponível em: <<http://rodrigoenok.blogspot.com.br/2009/08/os-eua-e-seu-plano-antigo-de-invadir-o.html>>. Acesso em: 20 set. 2012

bibliográfica existente na área de geopolítica clássica e sua adaptação à realidade contemporânea, principalmente na temática dos estudos estratégicos internacionais e da problemática energética.

Precedentes do tema geopolítica energética

A geopolítica compreende as análises da geografia, história e ciências sociais mescladas com teoria política em vários níveis, desde o Estado nacional até a internacionalização/globalização contemporâneas.

O cientista político suéco Rudolf Kjellén cunhou o termo geopolítica no início do século XX, baseado na obra do geógrafo alemão Friedrich Ratzel "*Politische Geographie*" (Geografia Política), de 1897. Tratava-se de um período de inovações no campo industrial, com a exploração dos recursos energéticos carboníferos e, *a posteriori*, da eletricidade e petróleo, este último causador de conflitos geopolíticos globais até a contemporaneidade.

Faz jus estabelecer-se que a geopolítica surgida no início do século XX ainda não englobava mais diretamente temas da geopolítica atual, como a questão das matrizes energéticas. Assim, em 1904, no artigo intitulado "*The Geographical Pivot of History*", publicado na revista da *Sociedade Geográfica Real da Grã-Bretanha*, Halford John Mackinder trazia o revolucionário conceito de "*Heartland*", que pela primeira vez estabelecia uma análise do globo e do comportamento dos povos que o habitam de forma que geografia e política apareciam em níveis equivalentes.

A tradução literal de "*Heartland*" seria "terra central" ou "terra nuclear", que Mackinder (2004) enxergava no centro da Eurásia – atual Federação Russa. Esta região era o núcleo político e geográfico do globo em razão da extrema importância de sua biodiversidade e recursos naturais. Seria através do controle dessa região que uma nação poderia desenvolver tanto infantaria como marinha e estabelecer o controle do que o autor chamava de "Ilha Mundo" (Eurásia e África). O domínio da Ilha Mundo, por conseguinte, levaria ao controle dos destinos do planeta. Tal fato encontra-se intrinsecamente ligado à questão energética, sabendo-se que o território da Eurásia (Figura 1) e, por conseguinte, da Rússia, é determinante das questões energéticas globais, no que diz respeito principalmente ao fornecimento de gás e petróleo a distintas nações do planeta.

Figura 1 - Eurásia



Fonte: http://www.silkroadproject.org/Portals/0/images/lq_PoliticalMap_color.jpg

Contemporâneas à época, as teorias do almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan, em especial aquelas contidas em seu livro de 1890, intitulado “*The Influence of Sea Power upon History 1660-1783*”, também gozaram de grande popularidade. Mahan (1918) concluíra que a nação que controlasse as principais rotas marítimas do planeta teria o poder político em suas mãos. Atualizada esta teoria, infere-se que estariam aí englobadas a questão do controle das águas detentoras da camada do pré-sal brasileiro e do uso dos recursos hídricos na fronteira brasileiro-paraguaiá *verbi gratia* o caso de Itaipu Binacional.

Ambas as teorias teriam influência no comportamento das nações de destaque no jogo político mundial durante todo o século XX. Os Estados Unidos claramente seguiram os ensinamentos de Mahan, fortalecendo sua marinha e estabelecendo bases navais em vários países estratégicos, principalmente na região do Oriente Médio, onde a produção petrolífera é grande, ocasionando inclusive tensões diplomáticas e conflitos com países da região, tais como Irã, Iraque, Kuwait, etc.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o estudo da geopolítica entrou em decadência na maioria das universidades americanas e europeias, voltando com força, porém, na década de 1980. As abordagens atuais preconizam uma postura crítica e de análise severa por parte do analista, com a formação de diferentes visões das relações globais humanas.

No campo energético ou de energia, preconiza-se a partir do século XXI não mais uma geopolítica reflexionada apenas à questão da disputa comercial e bélica por recursos

energéticos, embora ainda existam, mas uma convergência mundial para a produção energética sustentável.

Casos paradigmáticos da Geopolítica Energética

Dentre as temáticas geopolíticas abordadas pelos geopolíticos brasileiros temos os estudos sobre a transferência da capital federal do Rio de Janeiro (localizado em área litorânea, de abordagem mais fácil em um possível conflito) para Brasília, na região central do território; a presença brasileira no continente antártico e no Atlântico Sul e a delimitação do mar territorial. Mais recentemente, diversos estudos enfocaram o projeto “Calha Norte”, de ocupação militar da Região Norte do país.

Na problemática energética, o interesse do país insere-se fortemente em suas relações comerciais e diplomáticas com os vizinhos Argentina, Bolívia, Paraguai e Venezuela devido a questão do fornecimento de energia ao país, especialmente no que tange a questões relacionadas ao gás natural, energia hidrelétrica e petróleo. Ademais, pode-se analisar que a questão da reformulação da política de defesa brasileira, que em grande parte destina-se à proteção da Amazônia e do território marítimo nacional, este em função da descoberta da camada de petróleo e gás do pré-sal.

Neste item abordaremos alguns casos paradigmáticos da relação entre geopolítica e questões energéticas em se tratando do território brasileiro ou de impacto em suas políticas públicas futuras. Dentre as ocorrências geopolíticas ligadas à energia abordadas citaremos: a repercussão da usina hidrelétrica de Itaipu no âmbito geopolítico sul-americano; o desastre de Chernobyl e a questão do uso da energia nuclear na Europa e no mundo; o fornecimento de gás natural boliviano ao Brasil. A reflexão sobre as políticas energéticas é cada vez mais presente nos debates envolvendo o governo brasileiro e a sociedade civil, e recentemente, o país passou a investir também em campanhas e políticas de estímulo à economia do uso de energia:

A economia no uso de energia pode acontecer através de aumentos tarifários, campanhas educativas, adequações em equipamentos e processos, com melhoria no desempenho de equipamentos e redução das perdas. (BARROS, p. 49)³.

O caso de Itaipu. De todos os projetos de integração energética no âmbito da geopolítica, a Itaipu Binacional é o mais ousado até o momento na América Latina e,

3 BARROS, Evandro Vieira de. A matriz energética mundial e a competitividade das nações: bases de uma nova geopolítica. Disponível em: <<http://www.uff.br/engevista/seer/index.php/engevista/article/view/183/86>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

talvez, no mundo. O projeto da usina hidrelétrica binacional foi concebido como solução para os litígios entre o Brasil e o Paraguai, já que havia discordância quanto à demarcação estabelecida pelo *Tratado de 1872*:

Pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguassú até o Salto Grande das Sete Quédas do mesmo rio Paraná; Do Salto Grande das Sete Quedas continúa a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracajú até onde ella finda.⁴

O Brasil interpretava o *Tratado de 1872* como se referindo à quinta queda das Sete Quedas, por se tratar da maior e mais importante, conforme fora estabelecido na demarcação do território realizada em 1874. Logo, as águas pertencentes ao Paraguai encontravam-se na parte inferior das Sete Quedas, já não havendo desnível e, portanto, potencial hidrelétrico. Os paraguaios, por outro lado, defendiam uma linha fronteira a partir da parte superior das Sete Quedas, o que implicaria que o potencial hidráulico estaria na fronteira, requerendo, portanto, um acordo bilateral para o seu aproveitamento.

O contencioso fronteiro foi acirrado na década de 1960, quando o governo brasileiro encomendou estudos para o aproveitamento hidrelétrico das Sete Quedas. O escritório do engenheiro Marcondes Ferraz, que havia concebido o projeto do aproveitamento de Paulo Afonso, elaborou o projeto inicial para o aproveitamento hidrelétrico na região.

A proposta era de desviar parte do rio acima das Sete Quedas para uma usina inteiramente nacional com capacidade de dez mil megawatts de potência, capaz de produzir 67 mil gigawatts-hora de energia por ano, devolvendo a água ao leito natural do rio abaixo das Sete Quedas.

O Paraguai se opunha veementemente a tal plano. O conflito foi resolvido em 1966 com a assinatura da *Ata de Iguazu*, pela qual os governos brasileiro e paraguaio acordaram realizar estudos conjuntos do potencial hidrelétrico na fronteira entre os dois países e que:

(...)a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto Guairá até o Foz do rio Iguazu, seria dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de preferência para a aquisição desta mesma energia a justo preço, o que seria oportunamente fixado por especialistas dos dois países,

4 CORREIA, Manoel Francisco. **Tratado de Limites**: Brasil/Paraguai (9 jan. 1872). Disponível em: <<http://www.info.lncc.br/ptt1872.html>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

de qualquer quantidade que não venha a ser utilizada para o suprimento das necessidades do consumo do outro país”.⁵

O subsequente estudo culminou na assinatura do Tratado de Itaipu em 1973, que previa a construção e operação de uma usina hidrelétrica binacional alguns quilômetros à jusante do Salto de Sete Quedas. Grande parte da área do contencioso fronteiriço seria inundada pelo reservatório da usina ou tomada pela reserva ecológica estabelecida nas imediações do projeto, pondo fim ao conflito fronteiriço.

Assim sendo, a concretização de Itaipu Binacional é um marco na aplicação dos estudos geopolíticos ao contexto brasileiro e sul-americano, pois aparentemente soluciona um embaraço diplomático e político no íterim das relações Brasil-Paraguai, deterioradas ao longo da história de ambas as nações.

Chernobyl e a energia nuclear no continente europeu. Em 1986, os operadores da usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, realizaram um experimento com um dos seus reatores recém importados da União Soviética.

A intenção inicial era observar o comportamento do reator nuclear quando utilizado com baixos níveis de energia. Contudo, para que o teste fosse possível, os responsáveis pela unidade teriam que descumprir uma série de regras de segurança. Foi nesse momento que uma enorme tragédia nuclear se desenhou no Leste Europeu, com consequências na geografia e nas populações que habitam a região até hoje.

A usina de Chernobyl liberou uma quantidade letal de material radioativo que contaminou ampla faixa atmosférica. Em termos comparativos, o material radioativo disseminado naquela ocasião era quatrocentas vezes maior que o das bombas utilizadas em Hiroshima e Nagasaki ao fim da Segunda Guerra Mundial. Por fim, uma nuvem de material radioativo tomava conta da cidade ucraniana de Pripyat e alastrava-se pelo continente europeu, principiando-se uma possível crise diplomática e fronteiriça.

Ao terem ciência do acontecido, autoridades soviéticas organizaram uma gigantesca operação de limpeza composta por 600 mil trabalhadores. Helicópteros foram enviados ao foco das explosões com cargas de areia e chumbo que deveriam conter o furor das chamas. Além disso, foi necessário que aproximadamente 45 mil pessoas fossem prontamente retiradas do território diretamente afetado, o que exigiria receptividade por parte dos países fora da Cortina de Ferro, tendo-se, assim, uma

5 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Ata de Iguaçu de 22.06.1966 Brasil-Paraguai**. Disponível em: <http://www2.itaipu.gov.br/empre/docum_atait.htm>. Acesso em: 30 nov. 2010.

primeira abertura espontânea externa do bloco do Oeste Europeu às autoridades soviéticas.

Para alguns especialistas, as dimensões catastróficas do acidente nuclear de Chernobyl poderiam ser menores caso esse modelo de usina contasse com cúpulas de aço e cimento que protegessem o lugar. Todavia, sofrendo de um embargo cego dos Estados Unidos e da Comunidade Europeia, a produção de energia nuclear na Ucrânia e demais países soviéticos estava restrita às condições técnicas que estes detinham.

Buscando sanar definitivamente o problema da contaminação, uma equipe de projetistas hoje trabalha na construção do Novo Confinamento de Segurança. O projeto consiste no desenvolvimento de uma gigantesca estrutura móvel que isolará definitivamente a usina nuclear de Chernobyl. Dessa forma, a área do solo contaminado será parcialmente isolada e a estrutura do sarcófago descartada.

Atualmente, 21% do território da Bielorrússia está contaminado por Césio-137, que foi espalhado pela chuva, pelo vento e pelo rio próximo à usina, após o acidente. A construção de escolas exige a escavação do solo para retirar a camada contaminada. As águas da bacia do rio Dnieper e lençóis subterrâneos estão contaminados, além de lagos, o que impede o consumo de peixes e de água pela população. Atualmente a contaminação se concentra em áreas de floresta ao redor da usina, onde as folhas das árvores serviram com um filtro armazenando a radiação. Ainda há uma grande contaminação na produção agropecuária, devido ao consumo de feno e capim por animais, o que torna a produção rural imprópria para consumo humano.

A quantidade de casos de câncer é outro ponto grave. Mesmo em crianças e jovens nascidos após o acidente, ainda pode ser observado o efeito da radiação absorvida pelos pais, já que ocorrem deformações genéticas que são transferidas por gerações. A pobreza e a falta de fiscalização intensificam os problemas. Até oitocentas famílias podem ter voltado a morar clandestinamente na região, que tem o acesso controlado.

Por conta deste acidente nuclear, a maioria dos ambientalistas se coloca radicalmente contra a construção de outras usinas nucleares, o que afeta diretamente a questão comercial energética internacional.

Mas Chernobyl também mostrou a possibilidade de cooperação internacional na questão energética. O temor de que a contaminação se espalha-se por todo o continente europeu forçou os países do Oeste a cooperarem com os soviéticos. Tal fato levou, no início da década de noventa, a memorandos de entendimento acerca da consolidação da

produção energética nuclear a nível mundial, a fim de abordar questões de segurança e territorialidade, visando uma sustentabilidade da produção de energia nuclear sem a nocividade ao ser humano e ao meio ambiente.

O gás boliviano. Em maio de 2006, o recém-eleito presidente Evo Morales assinou o Decreto nº 28.701, conhecido lei de nacionalização dos hidrocarbonetos, um eufemismo para a alteração dos contratos e aquisição compulsória do controle acionário de ativos estratégicos de petróleo e gás no país e que eram controlados por empresas estrangeiras. A nacionalização dos hidrocarbonetos havia sido uma das principais bandeiras de sua campanha presidencial e tema principal de seus discursos eleitorais.

O decreto de nacionalização determinou que todas as empresas produtoras de petróleo e gás natural no país passariam a atuar sob novos contratos a serem firmados com o Ministério de Hidrocarbonetos, os quais as tornavam meras “operadoras”. Toda a produção passaria a ser exclusivamente comercializada pela estatal petrolífera boliviana, a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia* (YPFB). Empresas estrangeiras só poderiam continuar operando no país se acatassem imediatamente as normas e firmassem novos contratos em um prazo de 180 dias.

O Decreto também previa a retomada imediata do controle acionário de ativos estratégicos da indústria de petróleo e gás natural, como os ativos das produtoras Chaco e Andina, da transportadora Transredes e das refinarias da Petrobras.

A desapropriação foi realizada de forma truculenta, com a ocupação militar das refinarias (Figura 2) e sem nenhuma interação diplomática. A intervenção foi um grande revés para a Petrobras, que havia se tornado a principal investidora na Bolívia e responsável pela produção de 100% da gasolina e de 60% do óleo diesel consumidos no país, além de distribuir um quarto do combustível em postos com a marca própria.

As operações de gás natural da empresa brasileira também foram duramente impactadas. A Petrobras havia realizado um enorme aporte de recursos na construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, completado em 2000 ao custo de 8 bilhões de dólares. O gás natural oriundo da Bolívia respondia pelo suprimento de metade do gás natural consumido pelo Brasil.

Figura 2 - Militares Bolivianos em Refinaria da Petrobras



Fonte: <http://i1.r7.com/data/files/2C92/94A4/254D/54FA/0125/5C35/DE2E/38C8/1-bolivia-petrobras-ap-20060502-hg.jpg>

O decreto de nacionalização também aumentou o imposto sobre a exploração do gás de 50% para 82%, e instituiu a cobrança de um adicional por líquidos associados ao gás natural recebido. Em dezembro de 2009, a Petrobras foi compelida a assinar um termo aditivo ao contrato de compra de gás natural que renderá ao menos 1,2 bilhão de dólares à Bolívia até 2019.

O termo aditivo é resultado de acordo entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Evo Morales em fevereiro de 2007. O aditivo teve efeito retroativo, pelo qual a Petrobras tem que pagar entre 300 e 480 milhões de dólares a mais à YPFB pelo fornecimento de gás natural entre 2007 e 2009.

O governo brasileiro tem declarado que a elevação do custo do gás natural não será repassado ao consumidor, sendo inteiramente absorvido pela Petrobras. Em outras palavras, as perdas serão arcadas pelos acionistas da Petrobras, incluindo investidores minoritários e todos os contribuintes brasileiros, controladores desta empresa estatal.

Nesse episódio a diplomacia brasileira encontrou-se insuficiente e ineficaz à solução do problema, abrindo uma nova questão geopolítica energética a ser resolvida à luz do século XXI, e que não somente afetou a política externa brasileira mas também influenciou os termos de troca com a América Latina, agora pautados na nova percepção que se tem do Brasil, conforme aponta o analista e jornalista Newton Carlos:

O crescimento econômico é seguro e gradativo. Tem mão de obra e tecnologia para expandir as atividades industriais. A agricultura está destinada a ser a maior do mundo, sem concorrentes à altura, devido às condições climáticas. Dispõe de reservas minerais incalculáveis, inclusive de minerais estratégicos, como nióbio e

terras raras. Tem o quinto maior território e a sexta maior população, que garante um gigantesco mercado interno em expansão.⁶

Perspectivas contemporâneas

Com a crise dos recursos naturais e o alto índice de poluição da atmosfera terrestre, a preocupação com a sustentabilidade da economia e o fortalecimento da cooperação comercial e diplomática internacionais, a geopolítica volta-se no século XXI ao quesito da produção sustentável de recursos energéticos, a fim de se evitar conflitos armados e políticos que envolvem o abastecimento mundial.

Consoante, sabe-se que a ocupação norte-americana dos territórios do Iraque e Afeganistão, além de sua iminente presença em todo Oriente Médio, deve-se à questão da conservação e apropriação das reservas petrolíferas que lá existem, o insumo da matriz produtiva dos Estados Unidos. Sendo assim, tais conflitos geopolíticos originados da apropriação de recursos não renováveis levam a um intenso debate internacional sobre fontes alternativas de energia.

Outro fato que ilustra esse caminho são os diálogos entre Estados Unidos e China sobre o acesso ao mercado de energias renováveis. A China se consolida cada vez mais como o país que mais investe em energias renováveis. Segundo artigo do jornal *The New York Times*⁷ sobre o debate, estão sendo construídos seis parques eólicos com capacidade superior a dez gigawatts no país.

Porém, os chineses estão se valendo do protecionismo para garantir escala às empresas locais para posteriormente serem competidoras no mercado global. Trata-se de uma mudança significativa do ponto de vista geopolítico. Enquanto hoje o acesso à energia está limitado ao local dos recursos energéticos – poços de petróleo, por exemplo –, na nova geopolítica isso se tornará menos importante, dando lugar cada vez maior à tecnologia.

No caso da energia eólica, a fonte de recursos ainda é um fator importante, porque não se pode construir parques em qualquer local. Contudo, a capacidade de geração eólica do mundo supera em muito a demanda. Assim, a dependência geográfica de recursos será cada vez menos importante quando comparada à indústria de energia tradicional. No caso da energia solar, o acesso a recursos será ainda menos importante,

⁶ CARLOS, Newton. Deus é brasileiro: nacionalizações na Argentina e Bolívia devem alavancar investimentos estrangeiros no país. Disponível em: <<http://www.tribunadaimprensa.com.br/?p=3736>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

embora sempre existam os locais mais interessantes do ponto de vista econômico para construir uma usina baseada na energia solar.

Assim, a diferença está baseada muito mais no acesso à tecnologia do que na dependência da localização geográfica dos recursos energéticos, inclusive porque no caso da energia solar e eólica esses são mais facilmente utilizáveis, sem a dependência de suntuosas construções e obras de infraestrutura.

Por outro lado, a competição no mercado de energias renováveis está muito mais acirrada entre os países do que no início da era do petróleo, ou mesmo em relação a era da internet, quando as empresas norte-americanas se destacaram. Tal debate político anuncia uma nova geopolítica global da energia, e começa a alterar a geografia política mundial.

Conclusões

A geopolítica e as políticas territoriais consideram cada vez mais a questão da evolução tecnológica, econômica e industrial da sociedade global. Mas observou-se que as teorias criadas nos primórdios da Geopolítica ainda podem ser adaptadas a questão energética contemporânea – seja renovável ou não.

À luz do século XXI, a Geopolítica voltou-se à questão da sustentabilidade, assim como fizeram as demais áreas e teorias científicas, adaptando-se a esse novo paradigma de crescimento e desenvolvimento sustentável do homem e do território em que este vive. O Estado volta-se ao limiar da sustentabilidade a fim de evoluir e acompanhar o progresso trazido pelo setor privado, e de evitar ou minimizar os riscos de conflitos armados ou transtornos diplomáticos e geopolíticos por questões energéticas.

Em síntese, a Geopolítica transforma-se para acompanhar o desenvolvimento sustentável global baseada em acontecimentos pretéritos paradigmáticos, *exempli gratia* Chernobyl, Itaipu, etc. Assim, faz-se necessária sua presença nos debates de relações internacionais, visando à construção daquela sociedade ideal preconizada pelos primeiros teóricos da ciência geográfica.

7 BRADSHER, Keith. **China Builds High Wall to Guard Energy Industry**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2009/07/14/business/energy-environment/14energy.html?_r=1&ref=earth>. Acesso em: 30 nov. 2010.

Referências

MACKINDER, Halford John. The Geographical Pivot of History. **The Geographical Journal**, Londres, v. 23, n. 4, p.421-437, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1775498?uid=3737664&uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21101572453581>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783**. Boston: Little, Brown and Company, 1918. 1 v. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/13529/13529-h/13529-h.htm>>. Acesso em: 30 out. 2010.

NOLTE, Detlef. Regional Powers in International Relations: Analytical Concepts and Research Approaches. **GIGA Working Paper**, Hamburgo, n. 30, p.1-37, 01 out. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.977967>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Recebido em Setembro de 2012.

Publicado em Janeiro de 2013.